



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

### CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VORTAL" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL SKILLMIND - CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA, DE BRAGA -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 1 de junho de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 7 de abril de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como **primeiro outorgante**; e -----

**José Luís Vieira Ramalho**, casado, titular do cartão de cidadão nº 09662325 0ZZ0, válido até 24-07-2016, natural da freguesia de Parada do Bouro, concelho de Vieira do Minho, residente na Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 12, 3º, Dtº, Lameações, Braga, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este acto, em **representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma "SKILLMIND - CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA."**, com sede social na Rua do Fujacal, nº 28, da cidade e concelho de Braga, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva **507 650 387**, com o capital social de € 56.100,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

**Primeira:** O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **07 de Abril de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VORTAL”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Segunda:** O preço contratual é de **€ 17.010,00 (dezassete mil e dez euros)**, correspondendo a **€ 472,50 (quatrocentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos)** mensais mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

**Terceira** O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **36 meses**, com efeitos a partir de **1 de junho de 2015**.-----

**Quarta:** O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado mensalmente no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

**Quinta:** O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 20** – Outros Trabalhos Especializados. -----



**Sexta:** Os encargos financeiros emergentes do presente contrato serão repartidos em conformidade com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, em face do prazo de execução das respectivas prestações, da seguinte forma: -----

- No ano de 2015 – € 4.068,23; -----
- No ano de 2016 – € 6.974,10; -----
- No ano de 2017 – € 6.974,10. -----
- No ano de 2018 – € 2.905,87. -----

-----  
**Sétima:** 1 – A assunção de compromissos relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em **19 de dezembro de 2014**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

2 – O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **23 de março de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2015). --  
-----

**Oitava:** O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----  
-----

**Nona:** 1 - Fazem parte integrante deste contrato: -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

-----  
**Décima:** É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

-----  
**Décima Primeira:** Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

-----  
**Décima Segunda:** O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

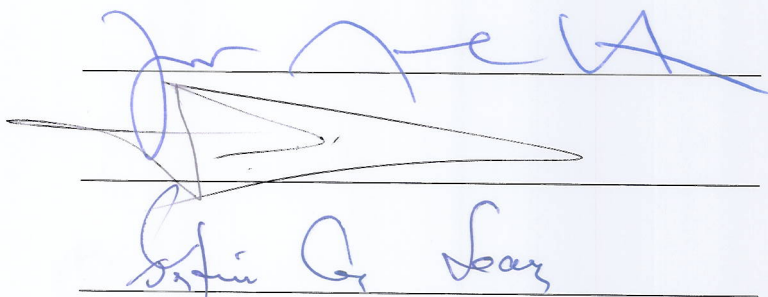
-----  
**Décima Terceira:** Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pelos serviços da referida Câmara Municipal. -----

-----  
Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **06-01-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Braga, 1, em **11-02-2015**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 05-05-2015 e válida até **05-05-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº



1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, António G. Sá Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **2015/029/50**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **12/2015**